

## A ECONOMIA PARANAENSE E SUA REPRESENTATIVIDADE NO ÂMBITO NACIONAL\*

Há muito tempo, discute-se a evolução do peso relativo do Paraná na economia brasileira. Em uma avaliação restrita aos dados do Produto Interno Bruto (PIB) das unidades da Federação, observa-se que a participação do Estado no total dos bens e serviços produzidos no País pouco se alterou nas últimas décadas (tabela 1), sendo registrada uma diferença de apenas 0,67 ponto percentual entre o pior e o melhor resultado em uma série de 24 anos.

TABELA 1 - PARTICIPAÇÃO DO PARANÁ NO PRODUTO INTERNO BRUTO DO BRASIL - 1985-2008

ANO	PART. (%)	ANO	PART. (%)	ANO	PART. (%)
1985	5,92	1993	5,92	2001	6,07
1986	5,96	1994	6,10	2002	5,98
1987	5,97	1995	5,94	2003	6,44
1988	5,90	1996	6,13	2004	6,31
1989	6,27	1997	6,07	2005	5,90
1990	6,35	1998	6,21	2006	5,77
1991	5,87	1999	6,34	2007 <sup>(1)</sup>	5,80
1992	5,86	2000	5,99	2008 <sup>(1)</sup>	5,84

FONTES: IBGE, IPARDES

NOTA: Antiga metodologia (referência 1985) até 2001. Nova metodologia (referência 2002) de 2002 a 2006.

(1) Estimativas do IPARDES.

A reduzida oscilação da importância relativa do Paraná no PIB nacional acompanha uma tendência abrangente de moderadas alterações na distribuição regional da renda brasileira, embora seja possível constatar, em um exame mais apurado, o avanço das regiões Norte e Centro-Oeste, que se contrapõe ao declínio da representatividade econômica do Sudeste, principalmente do Estado de São Paulo (tabela 2). Tais movimentos podem ser explicados pelo significativo potencial de crescimento de algumas economias regionais ainda pouco maduras, especialmente diante da pujança do agronegócio nacional, e pelo difícil alcance de extraordinárias taxas de elevação do PIB pelas regiões que já apresentam alta produtividade, em virtude do considerável adensamento econômico, como o Sudeste e o Sul do País.

\* Nota elaborada pelo técnico Julio Takeshi Suzuki Júnior, do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES).

TABELA 2 - PARTICIPAÇÕES DAS GRANDES REGIÕES E DAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO NO PRODUTO INTERNO BRUTO DO BRASIL - 1985/2006

UF/REGIÃO	PARTICIPAÇÃO (%)									
	1985	1990	1995	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Sudeste	60,15	58,83	58,72	57,79	57,12	56,68	55,75	55,83	56,53	56,78
São Paulo	36,12	37,02	35,47	33,67	33,42	34,63	34,11	33,14	33,86	33,87
Rio de Janeiro	12,70	10,86	11,52	12,52	12,35	11,60	11,06	11,48	11,50	11,62
Minas Gerais	9,61	9,29	9,74	9,64	9,47	8,65	8,75	9,13	8,97	9,06
Espírito Santo	1,72	1,66	1,99	1,96	1,88	1,81	1,83	2,07	2,20	2,23
Sul	17,10	18,21	17,89	17,57	17,80	16,89	17,70	17,39	16,59	16,32
Rio Grande do Sul	7,88	8,13	8,30	7,73	7,85	7,14	7,33	7,10	6,72	6,62
Paraná	5,92	6,35	5,94	5,99	6,07	5,98	6,44	6,31	5,90	5,77
Santa Catarina	3,30	3,73	3,65	3,85	3,88	3,77	3,93	3,99	3,97	3,93
Nordeste	14,10	12,86	12,78	13,09	13,12	12,96	12,77	12,72	13,07	13,13
Bahia	5,35	4,49	4,14	4,38	4,36	4,11	4,01	4,07	4,23	4,07
Pernambuco	2,62	2,66	2,70	2,64	2,65	2,39	2,31	2,27	2,32	2,34
Ceará	1,72	1,62	1,93	1,89	1,80	1,96	1,92	1,90	1,91	1,95
Maranhão	0,74	0,80	0,78	0,84	0,86	1,05	1,09	1,11	1,18	1,21
Rio Grande do Norte	0,78	0,72	0,73	0,84	0,82	0,83	0,80	0,80	0,83	0,87
Paraíba	0,72	0,85	0,82	0,84	0,86	0,84	0,83	0,77	0,79	0,84
Alagoas	0,86	0,71	0,62	0,64	0,63	0,66	0,66	0,66	0,66	0,66
Sergipe	0,92	0,57	0,55	0,54	0,68	0,64	0,64	0,63	0,63	0,64
Piauí	0,39	0,45	0,49	0,48	0,47	0,50	0,52	0,51	0,52	0,54
Centro-Oeste	4,81	5,16	5,98	6,95	7,20	8,77	9,01	9,11	8,86	8,71
Distrito Federal	1,37	1,61	2,05	2,69	2,76	3,80	3,71	3,64	3,75	3,78
Goiás	1,80	1,75	1,84	1,97	2,09	2,53	2,52	2,47	2,35	2,41
Mato Grosso	0,69	0,83	1,01	1,22	1,21	1,42	1,64	1,90	1,74	1,49
Mato Grosso do Sul	0,95	0,96	1,08	1,08	1,15	1,03	1,13	1,09	1,01	1,03
Norte	3,84	4,94	4,64	4,60	4,76	4,69	4,78	4,95	4,96	5,06
Pará	1,52	2,06	1,87	1,72	1,81	1,74	1,75	1,83	1,82	1,87
Amazonas	1,52	1,82	1,70	1,71	1,73	1,47	1,47	1,56	1,55	1,65
Rondônia	0,48	0,49	0,46	0,51	0,51	0,53	0,57	0,58	0,60	0,55
Tocantins	...	0,16	0,19	0,22	0,26	0,38	0,43	0,43	0,42	0,41
Amapá	0,12	0,16	0,19	0,18	0,19	0,22	0,20	0,20	0,20	0,22
Acre	0,13	0,14	0,15	0,15	0,16	0,19	0,19	0,20	0,21	0,20
Roraima	0,07	0,11	0,07	0,10	0,10	0,16	0,16	0,14	0,15	0,15
BRASIL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE

NOTAS: Antiga metodologia (referência 1985) até 2001. Nova metodologia (referência 2002) de 2002 a 2006.

Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

A propósito, o peso relativo da Região Sul no PIB do Brasil atinge, historicamente, patamares próximos de 17%. As participações um pouco mais baixas registradas no biênio 2005-2006 refletem os prejuízos causados pelas severas estiagens à produção primária, que se estenderam aos segmentos do secundário e do terciário diretamente articulados à agropecuária, estabelecendo um quadro desfavorável que foi agravado, ainda, pela retração do consumo interno com a diminuição da renda disponível, dada a queda dos rendimentos dos ocupados em atividades rurais.

Particularmente no ano de 2005, o valor adicionado da agricultura, *proxy* do PIB do setor, apresentou variações reais de -9,2% no Paraná, -8,8% em Santa Catarina e -25,3% no Rio Grande do Sul, em consequência do inevitável declínio da produção física. No exercício seguinte, devido a uma base de comparação bastante deprimida, os setores agrícolas desses estados apresentaram melhores resultados (principalmente no Rio Grande do Sul), não representando, todavia, plena recuperação da renda gerada pelas atividades primárias, uma vez que a produção setorial foi novamente afetada pelas intempéries climáticas.

Diante disso, é possível compreender as principais causas da inexpressiva performance das economias do Sul do País nos anos de 2005 e 2006, que levou à mencionada redução da importância relativa da região no PIB brasileiro. Por conseguinte, são equivocadas as avaliações que apontam para uma tendência estrutural de queda da participação do Paraná na economia nacional, tendo em vista que fatores extraordinários, não sujeitos ao controle dos agentes públicos e privados, exerceram forte influência sobre o desempenho estadual no período em questão.

Tanto é assim que, em condições de normalidade climática, o setor agropecuário voltou a contribuir de forma positiva para os resultados do PIB do Estado, assegurando, em conjunto com os segmentos industrial e de serviços, taxas de crescimento econômico superiores às do Brasil em 2007 e 2008 (tabela 3). Nesses anos, houve aumento da participação paranaense no valor final dos bens e serviços produzidos pelo País e manutenção da quinta posição no ranking das economias estaduais. Aliás, ao contrário do que alguns analistas afirmam, não há alteração na colocação do Paraná na extensa série dos resultados do PIB das unidades da Federação, disponibilizada pelo IBGE, órgão que produz estatísticas inquestionavelmente confiáveis e, no caso do cálculo do produto econômico e de outros trabalhos da instituição, perfeitamente comparáveis entre os entes subnacionais. Em outras palavras, a posição do Estado em nenhum momento foi melhor do que a ocupada atualmente.

TABELA 3 - TAXAS DE CRESCIMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO - PARANÁ E BRASIL - 2003-2008

ANO	TAXA REAL DE CRESCIMENTO (%)	
	Paraná	Brasil
2003	4,48	1,1
2004	4,94	5,7
2005	-0,10	3,2
2006	1,40	3,8
2007 <sup>(1)</sup>	6,00	5,7
2008 <sup>(1)</sup>	5,80	5,1

FONTES: IBGE, IPARDES

(1) Estimativas do IPARDES para o Paraná. Resultados das Contas Nacionais Trimestrais para o Brasil.

Entretanto, não obstante a preservação do posicionamento no ranking do PIB, é superficial afirmar que o Paraná não ganhou espaço econômico nos últimos anos. Na atividade manufatureira, segundo dados da Pesquisa Industrial Anual (PIA) do IBGE, verifica-se que a participação estadual no Valor da Transformação Industrial (VTI) do Brasil, indicador da agregação de valor pelo setor secundário, saltou de 5,23% em 1996 para 5,93% em 2001 e, finalmente, para 6,98% em 2007 (tabela 4). Como resultado dessa evolução, o Estado passou a ocupar o quarto lugar entre as economias industriais a partir de 2006, suplantando o Rio Grande do Sul.

Em paralelo, o Paraná tornou-se mais representativo no terciário, em função do crescimento de 89,35% do número de empresas do setor no período de 1996 a 2006, passando de 205,8 mil para 389,7 mil unidades, de acordo com o Cadastro Central de Empresas, também do IBGE. Esse incremento assegurou a elevação para 7,80% da importância relativa estadual no plano nacional, permitindo a conquista da quarta colocação no setor de serviços, antes ocupada pelo Rio de Janeiro (tabela 5).

TABELA 4 - PARTICIPAÇÕES DAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO NO VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL (VTI) DO BRASIL - 1996-2007

ANO	PARTICIPAÇÃO (%)									
	SP	MG	RJ	PR	RS	BA	SC	AM	Outras UFs	BR
1996	49,39	9,03	8,65	5,23	7,65	2,66	4,48	3,34	9,56	100,00
1997	49,62	9,55	8,11	5,38	7,56	2,44	4,84	2,91	9,59	100,00
1998	49,30	9,39	8,21	5,17	7,92	2,64	4,69	2,58	10,09	100,00
1999	46,28	9,63	8,82	5,66	8,40	3,46	4,99	2,57	10,18	100,00
2000	44,78	9,53	9,49	5,85	8,24	4,06	4,41	3,18	10,46	100,00
2001	43,99	9,57	9,28	5,93	8,43	3,88	4,86	3,37	10,70	100,00
2002	42,45	9,71	9,66	6,52	8,01	4,14	4,90	3,49	11,12	100,00
2003	40,87	9,87	10,48	6,78	7,88	4,11	4,76	3,18	12,08	100,00
2004	40,03	10,53	10,39	6,47	7,62	4,25	4,65	3,66	12,41	100,00
2005	39,97	10,51	10,57	6,37	6,93	4,76	4,41	3,90	12,57	100,00
2006	39,39	10,49	10,71	6,58	6,46	5,15	4,56	4,13	12,53	100,00
2007	39,31	10,86	10,10	6,98	6,83	4,85	4,67	3,94	12,46	100,00

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Anual – Empresa

TABELA 5 - NÚMERO DE EMPRESAS DO SETOR TERCIÁRIO, SEGUNDO UNIDADES DA FEDERAÇÃO - 1996/2006

UF	1996		2006	
	N.º de Empresas	Part. (%)	N.º de Empresas	Part. (%)
São Paulo	859 772	31,55	1 540 415	30,83
Minas Gerais	337 392	12,38	557 276	11,15
Rio Grande do Sul	284 836	10,45	491 182	9,83
Paraná	205 803	7,55	389 694	7,80
Rio de Janeiro	225 194	8,26	364 383	7,29
Santa Catarina	130 504	4,79	247 939	4,96
Bahia	103 338	3,79	244 314	4,89
Ceará	75 446	2,77	151 261	3,03
Goiás	69 408	2,55	141 734	2,84
Pernambuco	63 828	2,34	121 688	2,44
Outros estados	369 499	13,56	746 012	14,93
BRASIL	2 725 020	100,00	4 995 898	100,00

FONTE: IBGE - Cadastro Central de Empresas

Já em relação à agricultura, constata-se manutenção da importante posição relativa do Estado, que foi responsável por 13,47% do valor nacional da produção das lavouras temporárias e permanentes em 2007, indicador que corresponde à multiplicação dos volumes produzidos pelos preços médios anuais, a despeito do notável avanço da atividade primária na região dos cerrados, do crescimento significativo do cultivo da cana-de-açúcar no Sudeste, principalmente em São Paulo, e das adversidades climáticas enfrentadas pelos produtores paranaenses em alguns períodos, conforme citado anteriormente. Em um contexto de mudanças, algumas economias agrícolas tradicionais perderam representatividade na distribuição do valor da produção do Brasil, podendo-se citar Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Santa Catarina (tabela 6).

TABELA 6 - VALOR DA PRODUÇÃO DAS LAVOURAS TEMPORÁRIAS E PERMANENTES, SEGUNDO UNIDADES DA FEDERAÇÃO - BRASIL - 1997/2007

UF	1997		2002		2007	
	Valor da Produção (R\$ mil correntes)	Part. (%)	Valor da Produção (R\$ mil correntes)	Part. (%)	Valor da Produção (R\$ mil correntes)	Part. (%)
São Paulo	6 481 418	18,84	14 818 829	19,89	22 313 478	19,14
Paraná	4 549 492	13,22	9 738 177	13,07	15 704 674	13,47
Rio Grande do Sul	4 639 625	13,48	9 301 655	12,49	14 570 675	12,50
Minas Gerais	4 182 851	12,16	7 608 358	10,21	11 930 798	10,23
Mato Grosso	1 980 394	5,76	6 328 499	8,50	11 006 069	9,44
Bahia	2 377 801	6,91	6 033 116	8,10	8 856 579	7,60
Goiás	1 566 700	4,55	4 917 760	6,60	6 440 261	5,52
Santa Catarina	1 536 492	4,47	2 784 581	3,74	4 574 919	3,92
Mato Grosso do Sul	953 748	2,77	2 230 358	2,99	3 787 530	3,25
Espírito Santo	923 042	2,68	1 342 475	1,80	3 130 007	2,68
Pará	921 418	2,68	1 564 445	2,10	2 340 158	2,01
Pernambuco	896 982	2,61	1 307 508	1,76	2 034 791	1,75
Outros estados	3 397 688	9,87	6 510 685	8,74	9 899 707	8,49
BRASIL	34 407 651	100,00	74 486 446	100,00	116 589 646	100,00

FONTE: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Por fim, como reflexo do bom desempenho das atividades produtivas, o Paraná ampliou o seu espaço em termos de emprego, passando a responder por 6,35% dos postos de trabalho formais do País no exercício de 2008, acima, por exemplo, da participação de 6,06% registrada em 1996, segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Para evidenciar ainda mais o crescimento do mercado de trabalho, foram criadas 577.052 vagas formais no Estado no acumulado do período 2003-2008 (tabela 7), superando em 502,7% o resultado referente aos seis anos anteriores (saldo de 95.746 vagas), de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

TABELA 7 - SALDO DO EMPREGO FORMAL - PARANÁ - 1996-2008

ANO	SALDO (Nº DE VAGAS)	ANO	SALDO (Nº DE VAGAS)
1996	-32 805	2003	62 370
1997	7 463	2004	122 648
1998	-35 657	2005	72 374
1999	-16 649	2006	86 396
2000	28 143	2007	122 361
2001	53 857	2008	110 903
2002	58 589		

FONTE: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados